
IMPACTOS DOS GASTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS SOBRE O IDHM DO MUNICÍPIO DE TAPEROÁ – PB

Daiene Luiza Farias Vilar¹
Carlos Antônio Soares de Andrade²

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo observar os impactos dos gastos públicos com saúde e educação sobre o índice de desenvolvimento humano de Taperoá – PB, utilizando-se do software Gnu Regression, Econometrics and Time-series Library (Gretl), para uma melhor compreensão da correlação existente entre o índice de desenvolvimento e as variáveis saúde e educação. Para a evolução deste trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica, que constitui no exame de várias fontes a respeito do conceito de desenvolvimento humanos e suas principais formas de mensuração, e finanças públicas, tendo também o caráter exploratório que se caracteriza por ter como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Como resultado observou-se, um bom desempenho das despesas públicas no período em análise, como também a correlação existente entre os gastos públicos com saúde e educação no município de Taperoá em relação ao Índice FIRJAN de Desenvolvimento Humano (IFDM) do município.

Palavras-chave: Gastos Públicos, IDH, IFDM, Relação.

¹ Graduada em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Membro do Laboratório de Pesquisa em Economia Aplicada e Eng. De Produção – LAPEA. E-mail: daieneluiza@hotmail.com.

² Professor do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

1 INTRODUÇÃO

O município de Taperoá encontra-se no Planalto da Borborema, na parte central do Estado da Paraíba, fazendo parte da Mesorregião da Borborema e da Microrregião do Cariri Ocidental a 241 quilômetros da capital João Pessoa, sua população de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2010 é de 14.833 habitantes que ocupam uma área de 663 km² do território da Paraíba.

Os primeiros habitantes que em 1703 chegaram a encosta da serra da Borborema, as margens do Rio Unebacutu, hoje conhecido como Rio Taperoá, foram Francisco Tavares de Melo, capitão Gonçalo Pais Chaves e o ajudante Cosme Pinto, dando eles assim início as fazendas que anos depois constituiriam o então município de Taperoá. (TERCEIRO NETO, 2002).

Deste modo, após uma breve análise da história do município de Taperoá – PB, outra importante história para a compreensão deste estudo, é a das finanças públicas no Brasil, que teve seu início muito antes de sua independência, segundo Carreira (1980), as finanças foram incorporadas no Brasil, quando a corte portuguesa chegou às terras brasileiras trazendo consigo seu sistema de contas e sua moeda.

Desde então, a prática de contabilização das contas públicas em busca de um equilíbrio entre as receitas e despesa vem sendo utilizada e aperfeiçoada até os dias atuais. A diferença entre as contas de 1800 com as que hoje são feitas, é o fato da necessidade de transparência hoje cobrado aos governantes, que para isso utiliza – se leis orçamentárias como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A LRF tem como objetivo estabelecer normas de finanças públicas voltadas para o cumprimento da responsabilidade fiscal com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição, o qual tem como objetivo estruturar as finanças públicas de forma que promova o desenvolvimento do País servindo a todos os interesses da coletividade conseguindo regular isso através de leis complementares como a LRF. (BRASIL, 2012).

O trabalho será importante, pois apresentará o desenvolvimento econômico e social do município em relação ao uso de seu orçamento aplicado à Saúde e Educação em benefício da sua população, diante das normas e diretrizes impostas pela LRF. Tendo em vista que nos dias atuais é comum o tema orçamento público ser abordado em meio a todos, e há um grande aumento nas exigências quanto a o uso do dinheiro público no nosso país, surge assim à importância de saber para que e como está sendo utilizado esse dinheiro que é cobrado da população por meio de impostos.

Diante disto, o tema escolhido justifica-se pela necessidade de estudar e demonstrar de forma clara e objetiva, o uso do orçamento público com saúde e educação no município de Taperoá, bem como verificar se esses gastos estão sendo efetuados de forma correta sob a égide da LRF, levando em consideração o desenvolvimento socioeconômico.

2 FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICA

2.1 Finanças Públicas No Brasil.

Para se ter uma ideia do início do estudo sobre as finanças públicas do Brasil, tem-se que retornar ao um tempo anterior a independência do país, onde conselheiros do estado já deixavam registrado em suas anotações, registros da situação orçamentária do império. (CARREIRA, 1980).

Segundo Pires (2011), orçamento é uma lei que publica as decisões que os representantes da população em um regime democrático tomam em relação às receitas e despesas governamentais, o orçamento público toma como base mecanismos que expressem a vontade de vários indivíduos buscando um aumento do bem estar de todos.

Para Segundo (2002),

O orçamento é um método utilizado pela administração para coordenar comparativamente despesas e receitas públicas imprimindo-lhe organização, ao possibilitar a elaboração de um panorama geral dos negócios públicos. (SEGUNDO, 2002).

Desde a primeira constituição criada no Brasil no ano de 1824, vem se tendo alterações com relação às leis que regem o regime orçamentário do país ao longo dos anos. Ao exemplo de quem e como será feita a lei orçamentária do Brasil passando assim por sete Constituições até chegar a de 1988 que vigora até os dias atuais.

Logo após o fim do período ditatorial, foi criada a Constituição de 1988 a qual teve sua criação com grande participação da sociedade se preocupando com a garantia de que todos os direitos da população fossem respeitados. Para isso, a constituição foi feita por uma via democrática, onde em seu texto agora estavam presentes vários direitos trabalhistas e sociais como, o direito de voto para os analfabetos, diminuição da jornada de trabalho, dentre outros.

Em relação ao orçamento houve um grande diferencial em comparação às constituições anteriores a de 88, pois nela se encontra um Título destinado ao orçamento, o que até então se pensava que o orçamento se encaixaria melhor em uma lei complementar como era de costume. A nova constituição devolveu ao Legislativo o direito de propor ementas sobre despesas no projeto de lei orçamentária e também, reforçou a associação existente entre orçamento e planejamento dando capacidade para propor as Leis ao Poder Executivo através do Plano Plurianual, da Lei das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual.

Deste modo, como citado por Pereira (1999), *o orçamento vai estabelecer quem será responsável pelo pagamento das despesas, quanto o governo vai arrecadar da sociedade, além de determinar quem serão os beneficiários desses investimentos.* (PEREIRA, 1999. p.128). Uma vez aceito pelo Poder Legislativo, cabe assim ao governo fazer a prestação de contas as quais este dinheiro previsto em orçamento foi utilizado. *Por sua vez, a Constituição Federal, com base em critérios políticos, atribui ao orçamento as funções essenciais de reduzir as desigualdades regionais e sociais.* (PEREIRA, 1999. p. 139).

A Lei de Responsabilidade Fiscal, instrumento bastante utilizado para garantir transparência e cumprimento do orçamento, foi promulgada no dia 04 de maio do ano 2000, oficialmente conhecida como Lei Complementar nº 101, tendo amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição, onde tem como objetivo estabelecer normas de finanças públicas mais objetivamente voltadas à responsabilidade para com a gestão fiscal, abrangendo a União, os Estados, o distrito Federal e os Municípios.

Criada no governo de Fernando Henrique Cardoso, a LRF estabelece para todo o país parâmetros a serem seguidos relativos a gastos públicos, pressupondo uma responsabilidade fiscal com ações mais planejadas e transparentes, inicialmente adotada para fins de combater a inflação. A LRF conta com instrumentos de Planejamento, sendo eles, O Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA. Esses são os instrumentos básicos utilizados pela LRF para garantir o planejamento fiscal no âmbito nacional. (TESOURO NACIONAL, 2012)

Para garantir a transparência, que é o principal objetivo da LRF foi criada em 27 de maio de 2009 a Lei Complementar Nº 131, que incentiva dentre outras coisas iniciativas como a participação da população em audiências públicas, e divulgação das informações fiscais pelos entes da Federação a qualquer pessoa física ou jurídica. (BRASIL, 2009).

Tendo em vista que o surgimento da LRF deu-se pela necessidade de transparência na gestão governamental, essa lei estabelece regras e limites para assim assegurar o equilíbrio das finanças públicas. Nesse contexto, foram analisadas as contas do município de Taperoá junto com indicadores de desenvolvimento humano para assim saber se o município no período de tempo que compreende o ano de 2005 a 2011, vem cumprindo os requisitos básicos exigidos pela LRF e quais os impactos disto sob seu Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

2.2 Desenvolvimento humano

Na década de 50, o termo desenvolvimento foi acrescentado as várias definições e termos abordados ao se tratar de economia primeiramente como sinônimo de crescimento econômico. O que durou pouco, por conta do vasto significado que é atribuído ao desenvolvimento econômico. Desta forma, obtendo rapidamente complementos ou formas variadas de interpretação de seu conceito em diversos ramos de pesquisa como a Geografia, História e Sociologia. Surgindo em pouco tempo uma grande necessidade de mensuração do desenvolvimento. (SIEDENBERG, 2003).

Atualmente, o conceito de desenvolvimento humano vem sendo debatido por todo o mundo, gerando diferentes visões que não podem ser consideradas distintas mais sim complementares, onde independente de qual visão se estuda, o desenvolvimento humano é resultado do crescimento econômico acompanhado de uma melhoria na qualidade de vida. (OLIVEIRA, 2002).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), aborda o tema de forma que o desenvolvimento humano tem como finalidade fazer com que todas as pessoas tenham meios e escolhas para que elas tenham capacidade de

serem quem quiserem. Para Furtado (1973), o desenvolvimento econômico pode ser considerado irrealizável, ou como o próprio Furtado intitula, “Um mito”, devido a impossibilidade de ampliar os padrões de consumo das povoações hoje desenvolvidas a demais parcela da humanidade.

Na visão de Veiga (2006, p23), *Só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto de coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida.* Sendo estes benefícios abordados por Veiga, os três pilares que constituem o IDH, a Educação, Longevidade e Renda, mais a capacidade do indivíduo participar da vida da comunidade.

Se tratando da mensuração do desenvolvimento, este teve seu surgimento do processo de mensuração do Desenvolvimento Socioeconômico. Sendo no ano de 1975 apresentado na forma do IDH, este por sua vez só sendo publicado mais tarde no ano de 1990 em relatórios do PNUD.

Um grande diferencial no conceito de Desenvolvimento Humano é o fato de que para mensurar o avanço na qualidade de vida de determinada população, é preciso ir bem além do pensamento estritamente econômico, considerando também características sociais, culturais e políticas que influenciam a vida humana. É desta forma que surgiu o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), considerado pelas Nações Unidas como um conscientizador sobre o desenvolvimento humano em todo o mundo, promovido pelo PNUD e idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998) e com a colaboração do prêmio Nobel de Economia Amartya Sen. É no RDH que é publicado os resultados do IDH onde em 1990 tinha a premissa de que, *As pessoas são a verdadeira riqueza da nação*, conceito este que vem guiando todos os relatórios desde então. (PNUD, 2013).

Além do IDH, com a popularização do conceito de desenvolvimento humano, vários outros índices foram criados com objetivo de mensurar o desenvolvimento econômico, no Brasil além do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que é um índice utilizado para aferir o desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Anualmente também é divulgado o Índice Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) de Desenvolvimento Municipal (IFDM), criado em 2008 diante da necessidade de monitoramento anual do desenvolvimento econômico brasileiro, baseado no IDH, possibilita uma melhor precisão na observação de uma melhora ocorrida em um município, sendo esta melhora em decorrência da adoção de políticas, ou se resultantes apenas de reflexos da queda dos demais municípios. (IFDM, 2011).

Assim como o IDH, o IFDM também tem seus resultados variando de 0 à 1, e dividido em quatro categorias, sendo elas

- Desenvolvidos, sendo aqueles que demonstram um desenvolvimento humano bastante alto, com um IDH igual ou maior que 0,800;
- Em desenvolvimento, os que demonstram um desenvolvimento humano de médio a alto, apresentado um IDH de 0,600 à 0,799;
- Subdesenvolvidos, apresentam desenvolvimento humano baixo ou muito baixo, com um IDH de 0,599 ou menos. Como observado na Figura 1.

De acordo com os dados do IDH mundial para o ano de 2012, onde foram analisados um total de 187 países, o Brasil se encontra na posição 85º com um IDH de 0,730. Resultado considerado alto de acordo com a Faixa de Desenvolvimento Humano, sendo assim o Brasil classificado como um país em Desenvolvimento pois se encontra na gama de países que apresentam um IDH de 0,600 a 0,799.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o propósito de alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, ela se caracteriza como sendo de caráter exploratório, Quanto a seus procedimentos técnicos, foi utilizada uma investigação bibliográfica, desenvolvida com base em material já elaborado, e também coleta de dados baseadas em fontes secundárias, o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

Os valores encontrados para os gastos foram deflacionados utilizando o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP - DI), calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas – IBRE/FGV, um indicador de movimento de preços que a vários anos serve como termômetro e inflação no Brasil.

Para observar os impactos dos gastos públicos do município no seu índice de desenvolvimento, foi utilizado o auxílio do software Gnu Regression, Econometrics and Time-series Library (GRET), um pacote estatístico como uma biblioteca de funções estatísticas e econométricas para a realização de análises de regressão e de séries temporais, que alia fundamentos da teoria econômica com a técnica estatística da análise de regressão, explicando comportamento de uma ou até mesmo várias variáveis. (ANDRADE, 2011).

4 RESULTADOS E DISCUSÕES

4.1 Taperoá, análise do seu desenvolvimento.

Com relação a seu crescimento populacional, o município apresenta um crescimento médio de 5,26% do ano de 1970 até 2010, no ano de 2000 a população demonstra ser bem menor que na década anterior tendo um decréscimo de -12,49 em relação a década anterior, isto devido a emancipação política do distrito de Estaca Zero atual município de Assunção acarretando em uma grande diminuição da população Taperoaense, principalmente se tratando da população rural que diminuiu 26%. Contudo, a população da zona urbana apresenta crescimento mesmo que baixo como o de 2000 de 0,3% em todas as décadas apresentadas.

Fazendo um detalhamento das variáveis constituintes do cálculo do IDH, para se conseguir uma melhor visualização da variante com maior crescimento em relação ao município em análise, pode-se notar de forma geral, um comportamento crescente das variáveis em análise ao longo do período em estudo, comportamento este considerado bom já que se trata do IDHM do município de Taperoá, é importante lembrar a afirmação de Bueno (2007), onde,

A construção do IDH está baseada em uma aproximação da redução de desigualdades. Quer dizer, o desenvolvimento não é medido a partir do crescimento de uma variável, mas da redução da distância entre a variável e o seu máximo valor possível. Deste modo, é dada uma maior importância aos objetivos difíceis de serem alcançados. (BUENO, 2007. p. 4).

É notável um crescimento grande das três variáveis componentes do IDH, principalmente com relação a educação, onde do ano de 1991 à o ano de 2010 apresentou um crescimento de 270%, onde o índice mais que triplicou ao longo das três décadas em observação, como pode-se observar na TAB. 1.

Em geral, observando o IDH do município de Taperoá podemos notar que do ano de 1991 à o ano de 2010, houve um crescimento deste índice de 102% passando de 0,285 em 1991 considerado muito baixo, categoria que abrange todas as localidades com IDH igual ou menor que 0,499, e crescendo 45% de 1991 à 2000 onde apresentou um IDH de 0,416, resultado ainda muito baixo porém bem mais próximo de uma melhor classificação, por fim chegando a classificação apenas de baixo com um IDH de 0,578 no ano de 2010, onde se classifica entre as localidades que apresentam um IDH de 0,500 à 0,599.

Entretanto ao observar a classificação do município de Taperoá entre os 5561 municípios brasileiros, tem-se que, como observado na TAB 1, que mesmo com o aumento no IDH do município, Taperoá no ano de 2010 se encontra em uma posição inferior em relação ao IDH de vários municípios brasileiros.

Tem-se então que o desenvolvimento relativo do município de Taperoá é baixo ao compara-lo com os demais municípios brasileiros, tendo em vista a posição ocupada no ranking brasileiro de IDH dos municípios.

TABELA 1: IDH e Posição nacional do município de Taperoá em relação a seu IDH.

| Taperoá | Posição | IDH |
|---------|---------|-------|
| 1991 | 4417º | 0,285 |
| 2000 | 4518º | 0,416 |
| 2010 | 4670º | 0,578 |

Fonte: Elaboração própria através de dados do PNUD

Com relação a cada uma das variáveis constituintes do IDH do município de Taperoá, temos os seguintes comportamentos comparados. Observando o fator Renda, que se utiliza para seu cálculo da Renda Per Capta, que é a média de todos os salários da região em análise, e do Índice de Gini que indica a desigualdade existente entre a população de determinada área. Deste modo temos que neste quesito o Município de Taperoá apresenta uma taxa de crescimento desta variável ao longo das três décadas observadas de 48%.

Na TAB 2, tem-se os itens que compõem o cálculo da variável Renda, pode-se notar no melhor desempenho exposto por cada um dos itens apresentados pela tabela ao longo do período em análise. A Renda per capita mais que triplicou do ano de 1991

quando era de 84,38, para o ano de 2010 quando passou a ser 267,88, juntamente com o aumento na renda per capita do município houve uma diminuição de 43% na população considerada extremamente pobre, por fim, o índice de Gini, que quanto mais próximo de 1, mais desigual é a distribuição de renda da região em questão, passou de 0,52 em 1991 para 0,48 em 2010, apresentando assim uma melhor distribuição de renda no município de Taperoá no ano de 2010.

TABELA 2: Dados da variável Renda – Taperoá - PB

| Renda, Pobreza e Desigualdade – Taperoá – PB | | | |
|---|-------------|-------------|-------------|
| | 1991 | 2000 | 2010 |
| Renda per capita | 84,38 | 139,37 | 267,88 |
| % de extremamente pobres | 60,94 | 41,82 | 17,92 |
| % de pobres | 84,97 | 65,36 | 37,33 |
| Índice de Gini | 0,52 | 0,53 | 0,48 |

FONTE: Pnud, IPEA e FJP

A segunda variável a ser observada, a Longevidade é constituída principalmente pela esperança de vida ao nascer, fator que mostra o número médio de anos de uma pessoa nascida em determinada localidade no ano de referência deve viver. Deste modo, esta variável se comporta de forma semelhante à Renda, de forma gradativa, onde ao longo das décadas em análise o município de Taperoá apresenta uma taxa de crescimento no quesito longevidade de 50%, apresentando um crescimento mais elevado no período de 1991 a 2000.

TABELA 3: Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Taperoá – PB

| | 1991 | 2000 | 2010 |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Esperança de vida ao nascer (em anos) | 54,9 | 62,9 | 69,9 |
| Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos) | 94,1 | 49,9 | 27,6 |
| Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos) | 121,1 | 64,1 | 29,8 |
| Taxa de fecundidade total (filhos por mulher) | 3,5 | 2,9 | 2,1 |

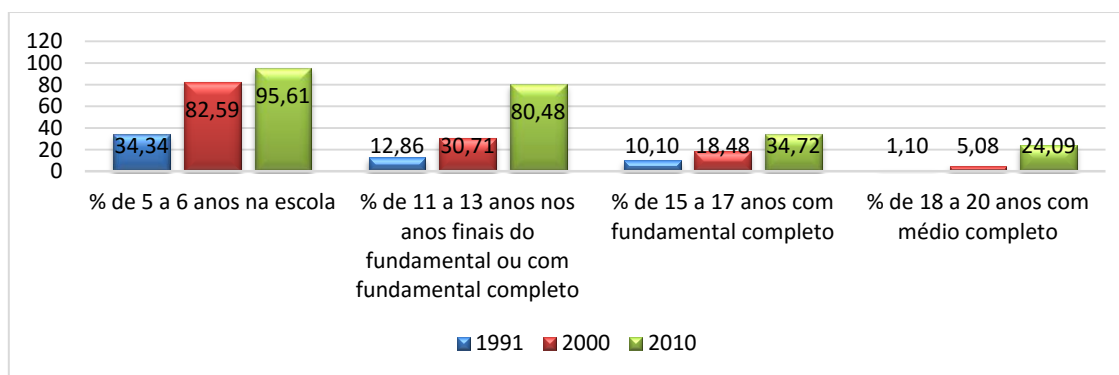
Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Na TAB 3, vemos que a esperança de vida ao nascer passou de 54,9 anos em 1991 para 69,9 anos em 2010, um aumento de 15 anos na expectativa de vida dos moradores de Taperoá, o quesito que mais se destaca em relação a Longevidade do município de Taperoá, é a redução da mortalidade infantil que no caso das crianças até 1 ano de idade passou de 94,1 para 27,6 uma redução de 60% por mil nascidos vivos. Do mesmo modo aconteceu com as crianças até 5 anos de idade que em 1991 eram de 121,1 por mil nascidos vivos e passou a ser 29, 8 no ano de 2010, diminuição na mortalidade nesta categoria de 75%.

A última variável a ser observada se tratando do IDH à Educação, utiliza-se em seu cálculo como principal fator os anos esperados de estudo. No caso da Educação, está é a variável que demonstra o crescimento mais elevado em comparação com as já apresentadas, do ano de 1991 ao ano de 2010, o município de Taperoá apresentou um crescimento na variável Educação de 270%, o índice se apresentou mais que dobrado vinte anos depois de sua primeira aplicação, o resultado obtido no índice do estado e do país também não foram muito diferentes, na Paraíba a taxa de crescimento foi de 190% e no Brasil de 128%, o crescimento apresentando na variável educação nas três esferas se apresentou com uma taxa de crescimento bem maior que nas análises anteriores.

Em 2010, de acordo com os dados fornecidos pelo Pnud (2013), Taperoá tinha 8,14 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 6,40 anos e em 1991 6,19 anos, um aumento de dois anos. Enquanto que Paraíba, tinha 9,24 anos esperados de estudo em 2010, 7,33 anos em 2000 e 6,21 anos em 1991. Nota-se que no município de Taperoá espera-se que se estudo uma quantidade de anos próxima a média do Estado, menor apenas um ano.

GRÁFICO 1: Fluxo escolar por faixa etária, Taperoá – PB.



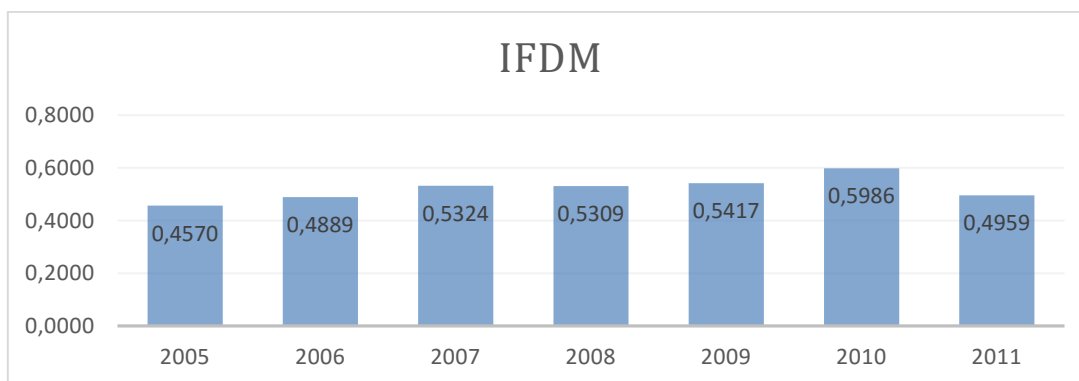
Fonte: Pnud

No GRA 1, pode-se notar o aumento no fluxo escolar ao longo do período em estudo, que do ano de 1991 à 2000, onde a faixa etária de 5 a 6 anos mostrou-se com o maior crescimento, e de 2000 a 2010, a faixa etária que demonstrou maior crescimento de fluxo escolar foi a população de 18 a 20 anos com ensino médio completa a qual em 1991 apenas 1,10% da população Taperoaense fazia parte desta estimativa passando a ser 24,09% em 2010.

No período em análise, observa-se também uma queda considerável na taxa de analfabetismo do município entre as pessoas com 25 anos ou mais, onde em 1991 52,28% da população com 25 anos ou mais eram analfabetos, em 2000 este grupo passou a representar 42,64% destas pessoas, e em 2010, 35,69%. Apresentando assim, uma queda de 31,7% da população analfabeta com 25 anos ou mais no município de Taperoá – PB.

Para se ter um melhor ideia do comportamento do desenvolvimento do município, o GRA 2 tem-se IFDM do município de Taperoá – PB, do ano de 2005 a 2011, dos anos disponíveis para a análise do IFDM, com exceção da transição de 2000 para 2005, onde a plataforma do IFDM não fornece dados para os anos de 2001, 2002, 2003 e 2004, o ano de 2010 foi o que apresentou uma maior taxa de crescimento do IFDM do município, de 10,50%, sendo logo seguida pela menor taxa de crescimento do período em análise de -17,15% em 2011.

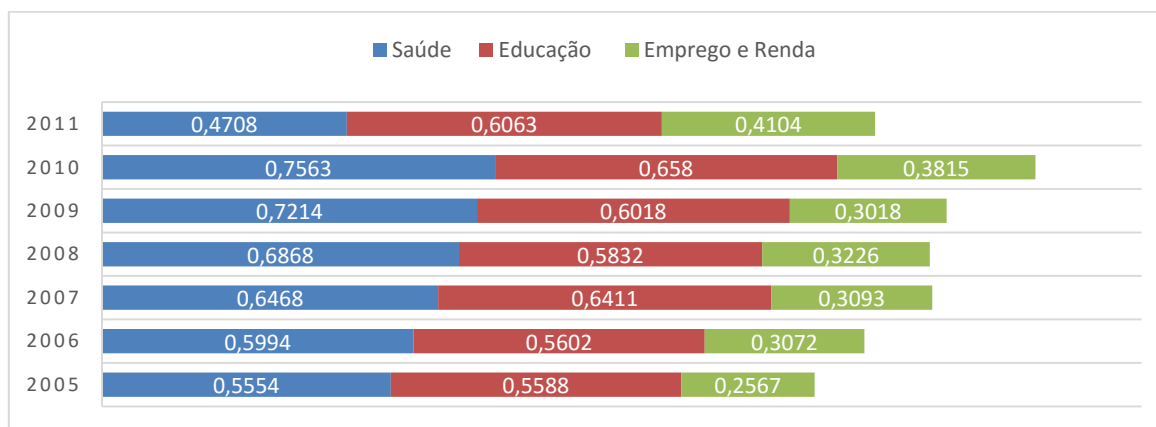
GRÁFICO 2: IFDM Taperoá - PB



Fonte: Instituto FIRJAN

Ao se observar as taxas do IFDM de cada uma das variáveis, Saúde, Educação e Emprego e Renda, nota-se que no ano de 2010, o qual o IFDM apresenta sua maior taxa de crescimento, a variável Emprego e Renda apresenta uma taxa de 26,41% sendo também seu ano de maior crescimento, e no ano de 2011, ano o qual o IFDM apresenta uma queda de 17,15%, apenas Emprego e Renda demonstra uma taxa de crescimento positiva de 7,58%, Educação apresenta seu resultado mais baixo -37,15, sendo também o resultado mais baixo entre as três variáveis, e Saúde também apresenta um decréscimo de -7,86%, como pode ser observado no GRA 3.

GRÁFICO 3: IFDM por variável



Fonte: FIRJAN

O IFDM, é um indicador mais eficiente para a observação da melhoria do desenvolvimento humano de uma determinada localidade devido a seu caráter anual, o que faz com que se possa observar determinado período de forma mais detalhada do que usando o IDHM. Ao comparar o IFDM com o IDHM, temos que no ano de 2010, comum aos dois indicadores, tem-se que o IFDM obteve um resultado mais elevado que o IDHM, mais com uma diferença pequena de 0,02.

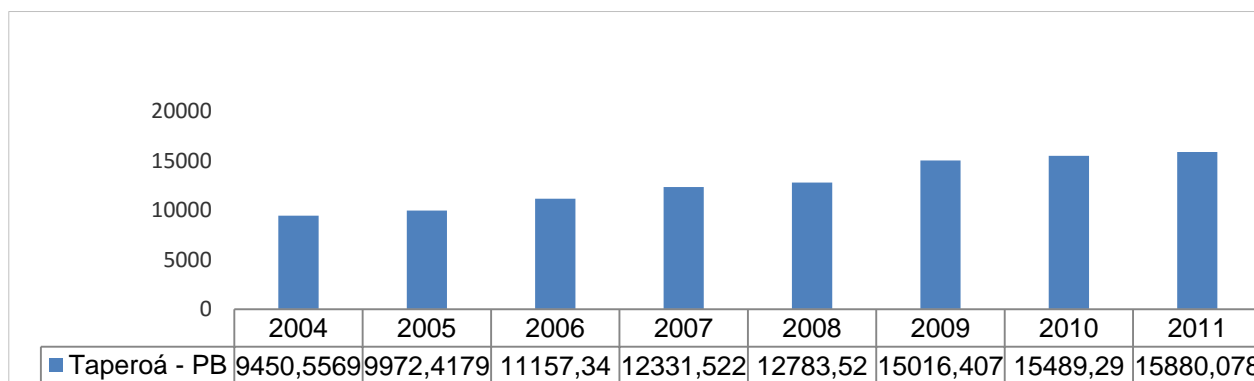
4.2 Finanças Públicas do Município de Taperoá - PB

Observando os resultados orçamentários em relação as despesas do período em estudo, tem-se que o município de Taperoá apresenta superávit em todos os anos analisados, obtendo um menor resultado no ano de 2005 com superávit de 6,52%, e seu maior resultado no ano de 2007 com superávit de 16,26%. Temos assim, um bom desempenho do uso do dinheiro público destinado à utilização pública pela administração do município nos correntes anos em análise.

No GRA 4, pode-se ver o crescimento do PIB do município de Taperoá, que é caracterizado pelo total dos valores de bens e serviços produzidos por região, sendo esta cidade, estado ou país em dado período de tempo, desta forma, usa-se do PIB com o fim de fazer uma mensuração do nível de crescimento de uma economia.

No caso do município de Taperoá, o PIB apresenta crescimento em todos os anos em análise, com uma média de crescimento de 12,93%, onde no ano em que a taxa de crescimento do PIB foi menor, do ano de 2009 à 2010, a economia cresceu a uma taxa de 8,9%, e no ano em que houve uma maior taxa de crescimento, do ano de 2008 à 2009, o crescimento foi de 19,57%

GRÁFICO 4: PIB Taperoá - PB



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIDRA.

Observando a participação de cada setor no PIB de Taperoá, temos que o setor que tem uma maior participação no PIB do município em todo o período observado, é o setor de serviços, que no ano de 2011 equivale a 76,3%, este setor, conhecido também

como setor terciário envolve atividades de comércio e de serviços, tendo como principais componentes, o Turismo, Serviços bancários, Restaurantes, Hospitais e Serviços públicos quando fornecem serviços básicos como saúde e educação para a sociedade.

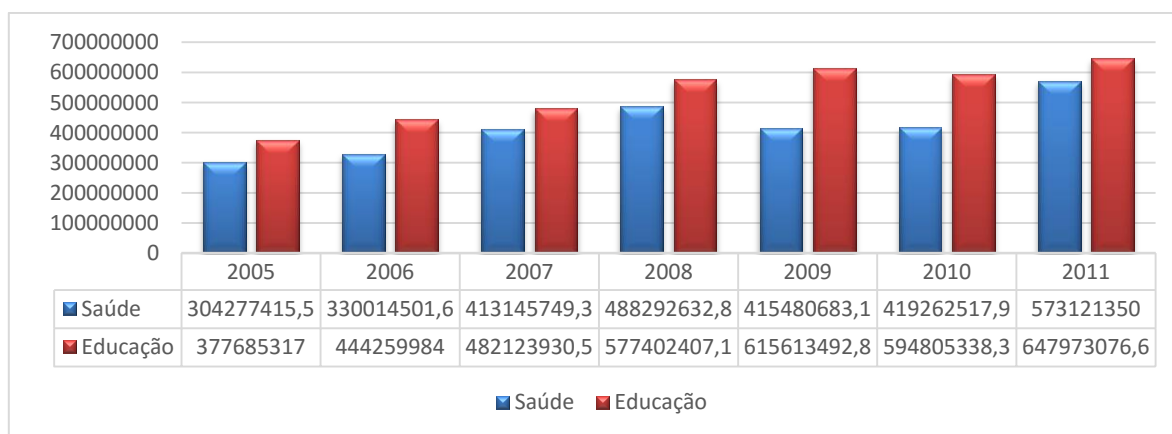
O setor secundário, representado pela indústria, que correspondeu no ano de 2011 a 12,2% do PIB de Taperoá, é o setor da economia onde os produtos obtidos no setor primário são transformados, constituído pela indústria e construção é o segundo setor mais representativo no PIB do município.

A arrecadação de impostos do município representa no último ano do período em análise, 2011 3,20% do PIB municipal, e a agricultura, constituinte do setor primário que é onde a economia produz as matérias primas, a agricultura e pecuária, representa 8,30% do PIB.

Deste modo, observamos que em todo o período em análise, o PIB de Taperoá é constituído principalmente pelo setor de serviços, o que pode ser justificado pelo tamanho da economia do município, sem praticamente nenhuma atividade industrial e gastos públicos principalmente destinados a saúde e educação, que são serviços públicos que tem grande influência no setor terciário.

Com relação as despesas públicas destinadas a Saúde e Educação, são, os setores os quais correspondem a maior parte das despesas do município, os gastos com saúde do município correspondem a uma média de 28,84% de todas as despesas anuais, e os gastos com educação correspondem a em média 38,09% das despesas anuais de Taperoá.

GRÁFICO 5: Gastos com Saúde e Educação.



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

O ano de 2009 foi o ano em os gastos públicos destinados à educação foram maiores em relação ao período em análise, equivalendo a 39,86% dos gastos totais do município, os gastos a Saúde corresponderam a 26,90% neste mesmo ano, o ano em que mais se gastou com saúde foi em 2005, que foi gasto 31,53% das despesas totais,

neste mesmo ano as despesas com Educação corresponderam a 39,14% das despesas totais.

Já o ano em que se observou um menor gasto com educação, foi em 2011 com 32,08% das despesas totais do município destinada a educação, a saúde neste mesmo ano equivaleu a 28,38% das despesas, com relação ao ano com uma menor participação das despesas destinadas a saúde, o ano de 2010 foi o que registrou a menor participação deste setor nas despesas, tendo sido de 24,84%, e em educação neste mesmo ano se gastou 35,24%.

Quanto ao cumprimento dos requisitos constitucionais básicos das despesas com saúde e educação em seu orçamento no período em análise, no Art. 212 da constituição federal temos que:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 2012)

Já para a saúde, os municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em serviços públicos a saúde, o mínimo de 15% da arrecadação dos impostos. Observa-se que os recursos de impostos não constituem a totalidade dos recursos tributários, e sim a um subconjunto, o imposto é uma espécie do gênero tributo.

No caso do município de Taperoá – PB, caso em estudo neste trabalho. Temos que a quantidade de recursos destinados a saúde e educação municipal, são a quantidade necessária para se afirmar que o município de Taperoá vem cumprindo os montantes determinados pela LRF e Constituição Federal para Saúde e Educação municipal, como pode ser visto na TAB 4.

TABELA 4: (%) de saúde e educação em relação as despesas totais do município de Taperoá – PB.

| | TotalDespesa | Educação | (%) | Saúde | (%) |
|-------------|---------------------|-----------------|------------|--------------|------------|
| 2005 | 1817574,422 | 711356,7445 | 39,14% | 573095,596 | 32% |
| 2006 | 2165910,815 | 857788,0472 | 39,60% | 637200,074 | 29% |
| 2007 | 2424388,944 | 912828,5419 | 37,65% | 782228,817 | 32% |
| 2008 | 2884867,095 | 1046911,545 | 36,29% | 885343,027 | 31% |
| 2009 | 2892809,85 | 1152934,706 | 39,86% | 778121,508 | 27% |
| 2010 | 3144578,029 | 1108041,634 | 35,24% | 781029,179 | 25% |
| 2011 | 3696273,723 | 1185900,038 | 32,08% | 1048908,75 | 28% |

Fonte: FINBRA

4.3 Regressão entre os gastos públicos e o índice de desenvolvimento humano do município de Taperoá.

As análises acerca da relação existente entre as variáveis em estudo, saúde, educação e renda per capita, principais componentes da elaboração de índices que tem como objetivo mensurar o desenvolvimento humano, e o IFDM do município de Taperoá – PB, serão feitas através do software Gretl, que é um pacote estatístico como uma biblioteca de funções estatísticas e econométricas para a realização de análises de regressão e de séries temporais. Utilizando-se dos valores correspondentes as despesas públicas destinadas a saúde, educação e renda per capita.

Primeiramente observando a relação das variáveis de forma individual em comparação com o IFDM do município, temos os seguintes resultados. Começando pela variável Renda per capita, pode-se observar na TAB 5, que de acordo com o modelo de regressão dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), o aumento de 1% da variável renda per capita, resulta em média em um aumento de 0,22 unidades de desenvolvimento humano da população do município, como pode ser visto a seguir.

TABELA 5: MQO variável Renda per capita

| Modelo: MQO, usando as observações 2005-2011 (T = 7) | | | | |
|--|--------------------|--------------------|----------------|----------------|
| Variável dependente: IFDM | | | | |
| | <i>Coeficiente</i> | <i>Erro Padrão</i> | <i>razão-t</i> | <i>p-valor</i> |
| Const | -1,04357 | 0,792746 | -1,3164 | 0,24515 |
| L_RendaPerCapta | 0,229579 | 0,116323 | 1,9736 | 0,10543 |

Fonte: Elaboração utilizando Gretl, a partir de dados do Sistema FIRJAN e FINBRA.

Do mesmo modo, ao se tratar apenas dos gastos públicos efetuados com a saúde do município, temos que ao observa-la de forma independente das demais variáveis em estudo, um aumento de 1% nos gastos com saúde do município, resultará em média no aumento de 0,084 unidades de desenvolvimento humano, como visto na TAB 6.

TABELA 6: MQO variável saúde.

| Modelo: MQO, usando as observações 2005-2011 (T = 7) | | | | |
|--|--------------------|--------------------|----------------|----------------|
| Variável dependente: IFDM | | | | |
| | <i>Coeficiente</i> | <i>Erro Padrão</i> | <i>razão-t</i> | <i>p-valor</i> |
| Const | -0,621007 | 1,28613 | -0,4829 | 0,64960 |
| L_Saude_ | 0,0842343 | 0,0948746 | 0,8878 | 0,41528 |

Fonte: Elaboração utilizando Gretl, a partir de dados do Sistema FIRJAN e FINBRA.

A última variável a ser observada, os gastos públicos destinados a educação do município, como visto na TAB 7, que mostra que sem a influência da renda per capita e da saúde, quando aumentado 1% dos gastos com educação do município de Taperoá – PB, haverá em média um aumento de 0,15 unidades de desenvolvimento humano expressos no IFDM.

TABELA 7: MQO variável educação.

Modelo: MQO, usando as observações 2005-2011 (T = 7)

Variável dependente: IFDM

| | <i>Coefficiente</i> | <i>Erro Padrão</i> | <i>razão-t</i> | <i>p-valor</i> |
|--------|---------------------|--------------------|----------------|----------------|
| Const | -1,65486 | 1,15502 | -1,4328 | 0,21136 |
| I_Educ | 0,15768 | 0,0837042 | 1,8838 | 0,11830 |

Fonte: Elaboração utilizando Gretl, a partir de dados do Sistema FIRJAN e FINBRA.

Pode-se verificar a partir dos dados obtidos e observados nas Tabelas 5, 6 e 7, que todas as variáveis ao serem observadas de forma independente das demais, apresentam um comportamento positivo em relação ao IFDM municipal, e que a variável que demonstrou a maior relação tendo o maior aumento à medida que o índice aumenta foi a renda per capita, que a cada 1% de aumento da Renda per capita, há em média um aumento de 0,22 unidades de desenvolvimento humano.

Ao contrário do observado no caso da saúde que demonstrou o menor grau de influência do IFDM onde no aumento de 1% de gastos públicos com a saúde, acarretam em média a um aumento de 0,08 unidades de IFDM, a variável educação se comporta exatamente na média das três variantes observadas sendo um aumento de 0,15 unidades de IFDM a cada 1% de aumento nos gastos públicos com educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi analisado e em resposta ao problema de pesquisa, temos que durante todo o período em análise, o município de Taperoá demonstrou um comportamento positivo de todas as receitas e despesas do município, apresentando superávit em todo o período em observação. Observando que, a maior parte do seu PIB é constituído pelo setor de serviços, tendo também uma arrecadação tributária muito baixa.

Em relação as despesas com saúde e educação do município, os gastos com saúde vêm representando em média no período analisado, 28,84% das despesas totais do município, e a educação 38,09% das despesas neste mesmo período, fato interessante, pois no período em questão a longevidade avaliada pelo IDH apresenta um maior crescimento que a variável educação, o que faz levar a conclusão que os

gastos com saúde estão sendo melhor alocados que os recursos destinados à educação.

Ainda sobre o IDHM de Taperoá, este cresceu consideravelmente de 1991 à 2010, tendo uma taxa de crescimento de 102% neste período, onde no ano de 1991 estava classificado como muito baixo, e no ano de 2010 o município passa a ser classificado em relação a seu IDH como possuindo um desenvolvimento apenas baixo. Contudo, em relação aos outros municípios brasileiros, Taperoá cai mais de 100 posições no ranking nacional mostrando que mesmo com o bom desempenho nas melhorias do bem estar da população, o município de Taperoá ainda vem apresentando um índice de desenvolvimento humano menor que a maior parte dos municípios brasileiros. Observando o comportamento das variáveis do IDHM separadamente, temos que a que apresentou um maior crescimento foi a educação mais que de acordo com a classificação do IDH pela PNUD, o índice da variável educação ainda é classificado como Muito Baixo, diferentemente da Longevidade e Renda que passaram de Muito Baixo para Alto e Baixo respectivamente.

De acordo com o modelo utilizado observa-se que há uma alta relação positiva no modelo analisado entre as variáveis independentes saúde e educação e a variável dependente IFDM. Comprovando assim a hipótese testada, pois existe sim uma relação positiva entre as variáveis correspondentes as despesas com saúde e educação, e seu IFDM.

Neste sentido, o que se buscou neste trabalho, foi observar os impactos dos gastos públicos com saúde e educação sob o índice de desenvolvimento humano do município, onde sua maior contribuição foi evidenciar a forte contribuição da educação na melhoria do padrão de vida da população, fazendo assim com que os gastos públicos destinados à educação deixem de ser vistos como despesas e passem a caracterizar um investimento, tendo em vista a melhorias no padrão de vida da população que são ocasionadas por tal investimento.

O modelo econométrico utilizado para analisar as variáveis em estudo, ajudou a evidenciar a forte variação positiva da educação sob o IFDM, e de todo o exposto, é de fundamental importância que o município de Taperoá continue adotando políticas que melhorem o bem estar da população principalmente no que diz respeito a saúde fator tão importante e que de acordo com o observado neste estudo demonstrou a menor correlação como o IFDM municipal, tendo em bases os resultados obtidos através do modelo econométrico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. A. S. *Noções de Econometria com Gretl*. 2011. Trabalhos Feitos. Disponível em: < <http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Apostila-Gretl/195708.html>> Acesso em: 16 Ago. 2014.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. *IDHM*. Disponível em: < http://atlasbrasil.org.br/2013/o_atlas/idhm>. Acesso em: 26 Fev. 2014.

BRASIL. *LEI COMPLEMENTAR Nº 101*. Brasília 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 20 dez. 2013.

_____. *LEI COMPLEMENTAR Nº 131*. Brasília 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp131.htm#art1>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. *LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964*. Brasília, 4 de maio de 1964; 1432 da Independência e 76º da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm> Acesso em: 05 de Jun. 2014.

_____. *LEI Nº8.080, DE 19 de Setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm> Acesso em: 25 de mar. 2014.

_____. *LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 19 de Jun. 2014.

_____. Constituição (1988). *Constituição Da República Federativa do Brasil*. Brasília 2012. 454p.

BUENO, E. P. *O índice de desenvolvimento humano (IDH): avaliação de seus pressupostos teóricos e metodológicos*. Boletim Goiano de Geografia. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/6020/9875>> Acesso em: 19 Jun. 2014.

CARREIRA, L. De C. História financeira e orçamentária do Império do Brasil. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.
CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEROÁ. *Lei Orgânica Municipal*. Taperoá, 1990. Disponível em: <<http://www.taperoa.pb.gov.br/images/leiorganica.pdf>> Acesso em: 09 Jan. 2014.

FIRJAN. *IFDM - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal*. Ano 6. 2014. Disponível em: <<http://publicacoes.firjan.org.br/ifdm/2014/#/1/>> Acesso em: 23 Jul. 2014.

FURTADO, C. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio, Paz e Terra, 1973.
Resenha de: CASTRO, A. *Pesquisa e planejamento econômico*. N 3. P. 739-751, 1974. Disponível em: <<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/677/619>> Acesso em: 19 jun. 2014.

FURTADO, C. *Teoria Política do desenvolvimento econômico*. – São Paulo: Abril Cultural, 1983. P. 243.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 04 dez. 2013.

NOVA, M. J. O Impacto dos Gastos Públicos no Índice de Desenvolvimento Humano: O Caso dos Municípios do Ceará. Universidade Federal do Ceará. Curso de Pós graduação em Economia – CAEN. Fortaleza – CE. 2006. p. 58.

PEREIRA, J. M. *Finanças Públicas: A política orçamentária no Brasil*. São Paulo: Atlas, 1999.

PIRES, V. A. Orçamento Público: Abordagem Tecnopolítica/ São Paulo: cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2011. 216p. PNUD. *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*. 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>> Acesso em: 06 Ago. 2013.

SEGUNDO, R. *Breves Considerações sobre o orçamento público*. Jus Navigandi, Publicado em 11/2003. Elaborado em 12/2002. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/4505/breves-consideracoes-sobre-o-orcamento-publico/>>. Acesso em: 06 Fev. 2013.

SIEDENBERG, D., R. Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico Uma Síntese. Desenvolvimento em Questão – Revista do programa de pós – graduação em Desenvolvimento do departamento de Ciências Administrativa, Contábeis, Econômicas e da Comunicação da UNIJUI. Editora Unijuí • ano 1 • n. 1 • jan./jun. • 2003 p. 45-71. TERCEIRO NETO, D. *Taperoá: crônica para sua história*/ Dorgival Terceiro Neto-João Pessoa: UNIPÊ, 2002. 240p.

TESOURO NACIONAL. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 07 jan. 2014.

UN. *International definition and measurement of standards and levels of living*. New York, 1954.

VEIGA, José Eli da. Meio Ambiente e desenvolvimento. São Paulo: Editora senac São Paulo, 2006. – (*Série Meio Ambiente*; 5/ coordenação José de Ávila Aguiar Coimbra). P. 180.